

## **A INFLUÊNCIA DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE - NAC –UFAL EM MINHA PRÁTICA PEDAGOGIA**

Márcia Laurindo Feitosa  
Orientadora Prof<sup>ª</sup> Dr. Neiza Frederico Fumes

*Universidade Federal de Alagoas - UFAL  
historiasdamarcia@hotmail.com*

### **Resumo:**

O processo formativo dos professores nas diversas áreas de atuação, não considera, de forma satisfatória, a formação para classes inclusivas, ou mesmo a prática para trabalhar com alunos que possuam alguma necessidade especial. A demanda é existente e crescente a cada ano, pois com a legislação que regulamenta a educação inclusiva, levou-se as classes a riqueza da multiplicidade humana, mas negligenciou o preparo do profissional para, de forma extremamente importante, complementar esta lei. Seja qual for a sua modalidade de ensino; Infantil, Fundamental, Ensino Médio, Universitário ou Profissionalizante os espaços de ensino podem e devem receber o aluno com alguma deficiência. Nesta perspectiva é clara a necessidade de uma formação adequada para atuação em classes inclusivas, preparando este profissional a comunicação, compreensão e elaboração de atividades, que realmente sejam voltadas ao desenvolvimento educativo, social e pessoal deste indivíduo. No presente trabalho apresento as lacunas na minha formação, na senda da Educação Especial e as contribuições que o Núcleo de Acessibilidade UFAL trouxeram para meu trabalho em sala de aula com crianças com multiplicidades de deficiência. O trabalho foi realizado a partir da experiência pessoais, de história oral de revisão bibliográfica, e a partir do cotidiano como bolsista do NAC.

**Palavras-chave:** Professor, Formação, NAC.

### **Introdução**

A ideia de classes inclusivas vem da Declaração de Salamanca, na Espanha em 1994 onde há início uma nova concepção para questão da deficiência no aspecto educacional. A partir dessas novas articulações a educação passa a compreender de uma outra forma o estudante com deficiência, neste sentido o objetivo primário deste trabalho é trazer a discussão a atual situação do processo formativo dos profissionais da área de educação e suas mudanças, visando alcançar de maneira assertivas a necessidade pungente de formação dos principalmente de professores na atuação para com a questão da deficiência. Haja vista as mudanças é preciso entender os impactos destas mudanças e como estava relegada a questão da pessoa com deficiência.

O trajeto histórico mostra que as pessoas que possuíam qualquer tipo de deficiência desde a antiguidade eram vistas de modo dicotômico a depender de sua cultura, ora eram

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

marginalizas ou vista como uma espécie de deuses, mas a grande maioria das culturas relegavam estas pessoas a bobos, ou a clausura. Acontece que nos outros períodos históricos pouco mudou no tratamento destes indivíduos, o caráter preconceituoso aumentou com o passar do tempo.

Contudo a mudança de tratamento dispensada a pessoa com deficiência é efetivada com a evolução da ciência e a possibilidade de trazer mais autonomia àquele cidadão, isto é feito através de instrumentos que promoviam uma interação social, hoje instrumentos tão comuns mas na época permitiram maior interação social como cadeira de rodas , aparelhos auditivos, e etc. Com estes aparelhos e ferramentas uma parte das pessoas que possuíam deficiência começaram a serem incluídas no cotidiano social , mas mesmo esta inclusão, que já foi um pequeno começo, tinha um lado negativo por estar impregnada de assistencialismos, ou seja de uma forma a tratar essas pessoas como alguém que não pudesse realizar algumas tarefas de forma correta, e completa, relegando um auxílio que não promove nenhuma autonomia. Na segunda metade do século XX houveram muitas movimentações populares a respeito dos direitos não só políticos como sociais das pessoas com deficiência. Olhando para traz vemos que para que a pessoa deficiente saísse da condição de injetado e incapaz levaram-se séculos, e que da condição de cidadão para que ele pudesse exercer seu direito de cidadão foram tantos outros anos .

Um dos motivadores para este embrião de inclusão social foram as duas grandes guerras mundiais que produziram milhares de deficientes e estes precisariam de uma nova inclusão social após a volta dos soldados nesta nova condição, este fato robustece a ideia que a pessoa que nasceu com alguma deficiência ou se torna deficiente não está necessariamente fadado ao ostracismo ou a invalidez. A invalidez, aliás é um termo pejorativo empregado após o contexto da 2º guerra mundial. E por consequência o termo será empregado também no mundo trabalhista que considera a pessoa que não produz para o meio social como alguém inválido. Portanto após esse contexto o reconhecimento das possibilidades teve um avanço real. Hoje é sabido que a grande maioria das pessoas com deficiência tem potencial para trabalhar em diversas áreas.

Foi um avanço a sociedade reconhecer que a pessoa com deficiência poderia ter capacidade, mesmo que reduzida. Mas, ao mesmo tempo, considerava-se que a deficiência, qualquer que fosse o tipo, eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em todos os aspectos: físico, psicológico, social, profissional etc. (em <http://diversa.org.br/artigos/como-chamar-pessoas-que-tem-deficiencia/> )

No Brasil a mobilização política e as primeiras conquistas acontecem na década de 1970 com pequenas manifestações de pessoas com deficiências, amigos e familiares, reivindicando direitos básicos. Numa crescente as reivindicações obtiveram direito ao atendimento prioritário, direito a voto, cota em empregos, cotas em concursos públicos, o que traz estas pessoas a uma maior autonomia e assim uma maior circulação pela cidade onde mora e fora dela. Deste aspecto nasce uma nova necessidade; a acessibilidade, a mobilidade do cidadão e a partir daí, também a necessidade da formação destes cidadãos que agora participam de forma produtiva para o país. Haja vista que há um interesse na força laboral da pessoa com deficiência pelos órgãos federais.

Após esta breve compreensão de toda esta trajetória e dos fatores históricos que nos ajudam a compreender algumas questões da deficiência, iremos abordar uma das últimas conquistas e das mais importantes na questão da inclusão, concentrando-nos na escola que deve ter entre suas características principais a inclusão e na formação do professor como elemento fundamental no desenvolvimento escolar deste aluno. Desta forma este trabalho tem como uma das principais justificativas a necessidade de refletir na busca da formação ainda na graduação e também a formação continuada, como requisito necessário a atuação em classes inclusivas.

Voltando a Declaração de Salamanca, este documento deixa bem claro que a estrutura educacional deve passar por uma mudança que venha garantir a promoção em condições adequadas de uma educação que seja inclusiva, ou seja, “garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.” Declaração de Salamanca 1994.

Sob estes aspectos reflito neste artigo a grande lacuna em meu processo formativo para atuação no Ensino Infantil, Fundamental I e II e Ensino Médio, que refletiram na minha atuação em sala de aula que não eram inclusivas, mas que cotiam alunos com necessidades especiais. Minha primeira formação, que foi no magistério de 1992 a 1994 e não se falava em alunos com necessidades especiais ou classes inclusivas. Anos depois, na formação dentro da universidade, no curso de licenciatura em História, também não é contemplada uma disciplina que trate do aluno com necessidades especiais. Há apenas a disciplina de libras que nos dá uma pequena noção e de forma introdutória a interação com a pessoa surda e com a pessoa muda. Neste contexto há a participação e vivência no Núcleo de acessibilidade da UFAL que propicia nos estudantes da licenciatura um mergulho na questão da deficiência e no processo educativo destes alunos.



## **Metodologia**

Foi utilizada na construção deste trabalho a revisão bibliografia de alguns documentos que mudam o curso da educação no campo inclusivo, como também a experiência individual da minha atuação enquanto professora do ensino fundamental I e II e estudante de História Licenciatura, onde a grade curricular do curso não forma para atuação inclusiva. Ainda de maneira a compor este artigo foram usados relatos de experiências no cotidiano de um núcleo de acessibilidade, que visa a promoção da permanência dos alunos com alguma deficiência na universidade, e acompanhamento pedagógico a estudantes com múltiplas eficiências na Universidade Federal de Alagoas

## **Resultados e discussões**

### - Formação e lacunas

A grande maioria dos cursos de licenciatura abordam suas disciplinas matrizes com seriedade e disciplina , o mesmo acontece com as disciplinas didáticas entretanto pouco se tem refletido na questão das classes inclusivas e a formação dos professores. Há quem imagine que para os alunos com alguma deficiência há professores de apoio, ou AEE mas não é assim nem deveria sê-lo de forma total. Os professores, de todas as licenciaturas precisam ter em suas grades curriculares espaço para as disciplinas que abordem e/ou tratem do ensino para pessoas com deficiência. Desta forma nos atenta a professora doutora Soraya Santos, ampliando ainda mais o olhar no lugar escolar que entende que todos que lá atuam fazem parte do processo educativo e como tal devem tem uma formação, ainda que mínima, nesta importante questão. Desta forma o conceito de rede de apoio deve ser entendido , de forma que o professor e cada um de seus elementos contribua no processo educativo deste aluno.

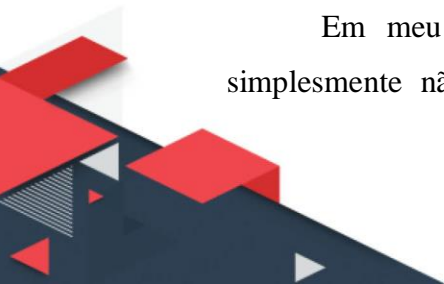
Para enfrentar essa novo cenário educacional, é necessário que todos os atores (professores, gestores, funcionários) responsáveis pela educação ressignifiquem suas ações. Daí podemos questionar: será que esses atores estão adequadamente habilitados/preparados para essa realidade de inclusão do aluno com deficiência no ambiente educativo? (Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva, p. 03)

Em meu processo de formação que ocorreu entre 1992 a 1994 este assunto simplesmente não era abordado e ao seguir para o período de estagio , nenhuma das

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)



estagiarias teve uma aluno com deficiência. Algo que é bem estranho ao passo que já estava em vigor o Estatuto da Criança e do adolescente em 1990 e trazia entre seus capítulos a seguinte orientação:

Capítulo IV – Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer 3 a 6 de novembro de 2009 - Londrina – Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Segundo dados do censo de 2000, que faz investigação de toda década de 1990, haviam 169,8 milhões de pessoas com alguma deficiência, o que nos sugere um volume de possíveis estudantes considerável, e que com o passar dos anos tende a aumentar. Após a formação nos espaços escolares onde atuei, eram poucos os estudantes que eram incluídos em classes regulares. Isto porque não havia uma legislação clara, o processo para inclusão destes estudantes estava acontecendo por força de Conferências e Declarações de grande relevância como entre elas a mais importante a Declaração de Salamanca 1994. A partir dela houve a necessidades de incluir quem possui alguma deficiência ao sistema regular de ensino. Um caminho que começou a ser trilhado já em 1980, que resultou em uma reforma educacional que concretizou na proposta de inclusão escolar. Isto posto é possível correlacionar que durante meu processo de formação no curso técnico do Magistério, não foi contemplado pelas pujantes reformulações e na educação especial. No que diz respeito a educação fundamental minha formação tive a grande lacuna da Educação Especial.

- Enfrentamentos e caminho para a formação adequada- Intervenção do NAC- Núcleo de Acessibilidade da UFAL.

Após alguns anos os alunos com alguma deficiência passaram a frequentar as escolas de maneira regular, onde tive os primeiros enfrentamentos, pois não tinha didática adequada para com estes alunos. Neste período a inclusão se mostrava de uma forma desesperadora e exclusiva.

No período de formação na graduação, na licenciatura em História, entre 2014 a 2018 a mesma lacuna e ausência da questão da educação inclusiva foram novamente encontrada, mas com a diferença que o arcabouço legal já estava formado. Neste mesmo período houve o

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

lançamento do edital para bolsista do **Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Alagoas- NAC**, do qual fiz seleção e passei a integrar o grupo, o meu objetivo em fazer parte deste núcleo foi superar as lacunas que estavam presentes na minha prática educativa. Por intermédio do Núcleo de acessibilidade da UFAL pude conviver com pessoas com deficiência que já estão inseridas nos espaços universitários e deste modo desconstruir valores preconceituosos que infelizmente, ainda estão no senso comum. Por exemplo, como uma pessoa cega pode distinguir pessoas compreender seu redor e se locomover por muitos espaços de maneira individual e autônoma. Aprendi que materiais didáticos podem ser construídos ou adaptado de acordo com a necessidade destes alunos. Ao passar da formação que o núcleo foi me dando, fui desconstruindo a visão assistencialista, que pode pairar em quem desconhece que as potencialidades da pessoa com deficiências são iguais a de quaisquer pessoas, estas potencialidades apenas se apresentam de forma diferente. Ao passo que entrei em contato com uma gama de possibilidades pedagógicas voltada principalmente para o ensino da pessoa cega, como software específicos, Dosvox, programas conversores de áudio, como Balaboka e entender a função dos leitores. As outras deficiências também são abordadas no núcleo, mostram que além das deficiências há que se respeitar a individualidade de todo estudante com ou sem deficiência.

Um grande salto no contexto do entendimento da postura do professor na sala de aula, foi a questão da importância da rede de apoio, algo que também não é contemplado em muitos ambientes escolares deixando para a ação do professor o sucesso e o fracasso daquele estudante. As redes de apoio tem extrema importância neste processo de aprendizado em vários setores sociais, como família, trabalho, escola etc.

Sendo assim, uma das ações fundamentais para que a educação da pessoa com deficiência intelectual aconteça de maneira satisfatória, recai na elaboração das redes de apoio, entendidas como a estreita relação entre família, escola e comunidade, as quais irão desenvolver diversos procedimentos pedagógicos, oportunizando ao aluno o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas dentro de suas possibilidades e ritmo p. 11

Vemos então que a questão do desconforto citado a cima em sala com alunos com deficiência e sem a formação adequada foi dando espaço a compreensão do que é deficiência e a desmitificação de que o professor é responsável de forma completa pelo aprendizado destas pessoas.

## Conclusão

Através de todas as etapas do meu processo de formação para o exercício do magistério seja ele no nível fundamental, ou médio o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Alagoas teve um papel de fundamental importância para minha prática pedagógica daqui para frente. É importante mencionar que em paralelo ao período em que atuo no Nac, estava atuando como professora do ensino fundamental em regime de contrato, a saber, 5º ano no município de Rio Largo- Al. Deste modo pude pôr em prática as orientações da sala inclusiva, já que dava aula a três alunos com alguma deficiência. Ao dar aula nesta turma de maneira especial, foi possível perceber que a inclusão é algo que para dar certo deve ser discutida, posta em prática e oferecer formação ainda no processo de graduação para que desta forma, o futuro professor compreenda o que realmente é a deficiência e assim procure meios e estratégias para que todos os alunos incluam e sejam incluídos. Pois a inclusão não parte apenas da escola mas com dos alunos, familiares e comunidade escolar também.

É importante lembrar de maneira contundente que ainda são pouquíssimos os cursos de formação continuada que auxiliam o professor na senda da inclusão e que, cabe também a estes um olhar, que contemple a sua formação neste campo. Algo contraditório a realidade pois segundo os dados da Secretaria Municipal de Maceió no ano letivo de 2017, um total de 3.100 alunos com estas características, apenas na 1ª coordenadoria de ensino estavam matriculados. Muitos professores que estão em classe ainda são de uma época que a inclusão não era assunto tratado nas escolas de formação de professores, todavia a atual realidade exige dos professores um caráter formativo para compor a rede de apoio que se faz necessária no processo de aprendizado do aluno com deficiência não só com intuito de tentar ir além de suas possibilidades, mas com intuito de fazer com que o aluno com alguma deficiência evolua nos aspectos mais importantes no âmbito educativo e social.

## Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Online acesso 2018.

Declaração de Salamanca **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais** acesso em 10 de agosto de 2018

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

RODRIGUES, CátiaAlire, MORAES, Valdete Aparecida Veiga de Moraes **Historicidade de educação especial da década de 1960 até os dias atuais**. IV Congresso brasileiro multidisciplinar de educação especial. ISSN 2175-960X, Londrina- PR

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)



**III CINTEDI**

<http://diversa.org.br/artigos/como-chamar-pessoas-que-tem-deficiencia/>

Acesso em 10 de agosto de 2018

**SANTOS, Soraya Dayanna Guimarães Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva.  
Curso de aperfeiçoamento em atendimento educacional especializado em deficiência  
intelectual.**